

Texto 3 para responder às questões de 5 a 7.

1 É a história da emancipação da escravidão entre nós.
 2 Outrora a escravidão pareceria fadada à perpetuidade neste
 3 País. Falar em extingui-la seria uma blasfêmia. Fizeram-na
 4 esposar a lavoura, cuidando uni-las para sempre. A nação tinha
 5 edificado a sua fortuna sobre um crime, consagrando-o nos
 6 seus códigos como uma necessidade social.

7 Hoje o princípio emancipador, difundido pela civilização,
 8 lavrou por toda a parte.

9 Na Europa e na América desapareceu a escravidão.

10 Só nós alimentamos no seio esta ignomínia.

11 A pressão formidável das ideias cresce de dia para dia em
 12 volta de nós como um oceano prenhe de tempestades.

13 No meio de tudo isto o que fez o governo? Nada;
 14 absolutamente nada!

15 A fala do trono de 1869 é uma vergonha indelével. O Sr.
 16 D. Pedro II que, em 1867 e em 1868, havia proclamado
 17 solenemente a urgência da reforma abolicionista, que tinha
 18 celebrado compromissos públicos com o País e com a Europa,
 19 que alardeava de todo modo tendências humanitárias, vem
 20 rasgar aos olhos do mundo o único título meritório com que até
 21 hoje podia ufanar-se o despotismo de sua autoridade retratando
 22 com o silêncio todas as suas promessas para envolver-se em
 23 uma abstenção misteriosa e injustificável.

24 E ainda há quem diga que a emancipação neste País não é
 25 questão de partidos!

26 Sim, não devia sê-lo.

27 Mas a índole mesquinha de nossa política tem convertido
 28 esse reclamo da consciência nacional em arma de hostilidades.

29 Algum dia, quando a liberdade não for mais o privilégio
 30 dos brancos no Brasil, quando a posteridade examinar os
 31 nossos feitos com o facho da História na mão, a justiça dos
 32 vindouros há de gravar na memória do Partido Conservador o
 33 estigma da reprovação eterna, porque ele sacrificou aos
 34 interesses momentâneos do poder o interesse imorredouro da
 35 verdade; aos cálculos estereis do egoísmo as necessidades
 36 imperiosas do futuro, e à pequenez das considerações pessoais
 37 os direitos inalienáveis de uma raça escravizada.

38 Não protesteis! Se a emancipação, em 1867 e em 1868,
 39 era tão urgente, que o imperador a mandava estudar pelo
 40 conselho d'Estado, e a consignava nos discursos da coroa como
 41 a necessidade capital do País, invocando para ela a reflexão do
 42 parlamento, como é que de um ano para o outro esta
 43 necessidade urgente e imediata torna-se tão secundária, tão
 44 indiferente, tão remota que nem sequer merece ser mencionada
 45 na fala do trono?

46 Felizmente, porém, há um preceito e um fato de
 47 observação que nos animam.

48 O primeiro é que, desde que a verdade chega a
 49 amadurecer com os acontecimentos, cada embaraço com que
 50 trabalhamos por contrariá-la é um acréscimo de força para a sua
 51 multiplicação.

52 O segundo é o imponente movimento do espírito nacional
 53 que se vai formando lentamente no País.

54 A servidão em que temos vivido até hoje, a ausência
 55 completa de animação política do País, tem-nos habituado a
 56 desdenhar esses fatos, que, sob a modéstia de suas feições,
 57 ocultam graves sistemas de regeneração pública.

BARBOSA, Ruy (2013-11-06T22:58:59). *Obras de Ruy Barbosa*.
 Biblioteca Digital. Edição do Kindle, com adaptações.

QUESTÃO 5

Considerando as ideias contidas no texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Ainda que encerre críticas à história da emancipação da escravidão no País, o texto reconhece a importância da herança deixada por esse momento histórico à nação, como aquela que se observa, por exemplo, no manejo da lavoura, mencionada no segundo parágrafo.
- 2 O termo “fala”, na expressão “fala do trono de 1869” (linha 15), faz referência, de forma crítica, ao “silêncio” (linha 22) e à “abstenção” (linha 23) do governante, mencionados nas linhas seguintes do texto.
- 3 A despeito dos fatos relatados no texto, observa-se algum otimismo com relação ao futuro do País no que diz respeito à emancipação da escravidão.
- 4 No 13º parágrafo do texto – “Não protesteis! (...) do trono?” (linhas de 38 a 45) –, o autor do texto evidencia o caráter impermanente da emancipação, que ora é tratada como “tão urgente” (linha 39) e como “necessidade capital do País” (linha 41), ora é considerada como “tão secundária, tão indiferente, tão remota” (linhas 43 e 44).

QUESTÃO 6

Com base nos aspectos semânticos e gramaticais do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A palavra “ignomínia” (linha 10) foi empregada no texto com o mesmo sentido de **opróbrio**.
- 2 A substituição de “neste” (linha 24) por **nesse** promoveria incorreção ao texto.
- 3 Segundo se depreende do 12º parágrafo do texto (linhas de 29 a 37), o Partido Conservador preteriu “o interesse imorredouro da verdade” (linhas 34 e 35), “as necessidades imperiosas do futuro” (linhas 35 e 36) e “os direitos inalienáveis de uma raça escravizada” (linha 37).
- 4 No texto, a locução “desde que” (linha 48) introduz uma condição.

QUESTÃO 7

Tendo em vista a estrutura gramatical do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O sujeito segue o verbo nas seguintes orações do texto: “desapareceu a escravidão” (linha 9), “No meio de tudo isto o que fez o governo?” (linha 13) e “Felizmente, porém, há um preceito e um fato de observação” (linhas 46 e 47).
- 2 A oração iniciada por “que” (linha 39) introduz uma explicação acerca da oração que inicia o período, sendo classificada como adjetiva explicativa.
- 3 A forma verbal “há” (linha 46) poderia ser substituída, no texto, tanto por **existe** quanto por **existem**, sem que isso acarretasse alteração de sentido ao texto, nem incorreção gramatical.
- 4 Com manutenção das ideias e da correção gramatical, o último período do texto poderia ser redigido da seguinte forma: **A servidão que temos vivido até hoje, assim como a completa ausência de animação política do País, nos têm habituado a desdenhar desses fatos que, sob a modéstia de suas feições, ocultam graves sistemas de regeneração pública.**

QUESTÃO 8

1 5.11. As Partes reconhecem que, ao exercer responsabilidades de Contratação para a outra Parte ou ambas as Partes, em conformidade com um PA*, poderá ser necessário
4 que a Parte Contratante incorra em obrigações contratuais ou outras em benefício da outra Parte ou de ambas as Partes, antes de receber os recursos da outra Parte. No caso em que a Parte
7 Contratante incorra em tais obrigações contratuais ou outras obrigações, a outra Parte deverá pagar a sua parte equitativa do Contrato ou outra obrigação (...)

10 5.12. Cada Parte será responsável pela auditoria das atividades de aquisição pelas quais for responsável, no âmbito de um Projeto, de acordo com suas práticas nacionais. Para os PA,
13 nos quais os fundos são transferidos entre as Partes, a Parte receptora será responsável pela auditoria interna em relação à administração dos fundos do Projeto da outra Parte, de acordo
16 com as práticas nacionais da Parte receptora (...)

6.1. Se uma das Partes determinar que a Contratação é necessária para cumprir as obrigações daquela Parte, sob o escopo do trabalho de um PA, essa Parte contratará de acordo com suas respectivas leis, regulamentos e procedimentos nacionais. (...)

22 8.8.4. Quando uma Parte tiver garantido ou puder garantir o direito de registrar um pedido de Patente em relação a uma Invenção de Projeto, essa Parte deverá consultar a outra Parte
25 sobre a apresentação desse pedido de Patente. A Parte que possui ou recebe o título de tal Invenção do Projeto deverá, em outros países, apresentar, fazer com que seja apresentada, ou fornecer à
28 outra Parte a oportunidade de apresentar, em nome da Parte detentora do título, os pedidos de Patente que contemplem essa
30 Invenção do Projeto (...)

*PA – *Project Agreement* (Acordo de Projeto)

Artigos do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Referente a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (Acordo RDT&E). Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2020, com adaptações.

De acordo com as ideias apresentadas no texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O art. 5.11 do Acordo RDT&E estipula que uma Parte poderá beneficiar-se de obrigações contratuais incorridas pela outra Parte somente após o pagamento de sua parte equitativa do Contrato ou outra obrigação.
- 2 Da leitura do art. 5.12 depreende-se que, em caso de transferência de fundos de uma Parte a outra, somente a Parte beneficiária dos recursos deverá fazer auditoria, ao passo que, nas atividades de aquisição em geral, ambas as Partes farão as próprias auditorias.
- 3 Considerando ser o Acordo RDT&E um tratado internacional, e em conformidade com o disposto no art. 6.1, a atividade de contratação será rígida, em última instância, por regras de direito internacional.
- 4 É correto interpretar o disposto no art. 8.8.4 no sentido de que somente a Parte detentora do título de Invenção do Projeto poderá apresentar a terceiros países os pedidos de Patente.

Área Livre

QUESTÃO 9

1 A maior volta ao mundo que eu dei foi na Amazônia (...) Isso explica a copiosa e variada literatura que existe hoje sobre a Terra Verde. Alguns filhos da Amazônia (...),
4 como donos legítimos do assunto, torceram o nariz, com mal dissimulado azedume, aos adventícios que estudaram e descreveram a sua planície.

7 – Barlaventistas! Era como os denominavam, pejorativamente, no Pará (...)

Nuno Vieira acrescentou: “Literatos, quantos a espíem
10 pelas escotilhas de navios ligeiros, com a preocupação de fazer obra de ciência, não a verão jamais. Para bem vê-la e bem compreendê-la, é questão de querer descer ao chão e
13 escutar com amor os corações subterrâneos”. (...)

A imaginação do homem, na Amazônia, é uma diátese geográfica. (...) O caráter do homem amazônico é a
16 saturação de suas íntimas necessidades: comprimido entre duas infinitas melancolias – a do rio e a da floresta –, ele se
18 contrai sobre si mesmo, para fugir nas asas da imaginação.

JUNIOR, Peregrino. Fisionomia geográfica e social da Amazônia. In: MENESES, Djacir (org.). *O Brasil no pensamento brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 540-541.

Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/>>. Acesso em: 8 ago. 2020, com adaptações.

Considerando as ideias descritas no texto apresentado, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 “Alguns filhos da Amazônia” (linha 3) não dissimulam azedume com relação à produção literária e científica de escritores e pesquisadores adventícios, dado o elevado grau de conhecimento que estes adquiriram.
- 2 O texto sugere que a “copiosa e variada literatura” (linha 2) “sobre a Terra Verde” (linha 3) resulta da cooperação acadêmica entre os escritores locais, “donos legítimos do assunto” (linha 4), e os cientistas não amazônicos.
- 3 A frase de Nuno Vieira (linhas de 9 a 13) contém crítica aos literatos que acreditam fazer ciência amazônica, quando, na verdade, têm contato superficial com a realidade da região.
- 4 Segundo o texto, a imaginação do homem amazônico é uma predisposição imposta pela geografia, que lhe comprime entre as “infinitas melancolias” (linha 17) do rio e da floresta.

Área Livre

QUESTÃO 10

1 Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado
 4 ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois
 7 raivosamente cinco mil soldados. Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos (...) Esta página, imaginamo-la sempre profundamente emocionante e trágica;
 10 mas cerramo-la vacilante e sem brilhos. Vimos como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma
 12 perspectiva maior, a vertigem.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984 (Escola do Futuro da Universidade de São Paulo, Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2020, com adaptações.

Considerando os aspectos linguísticos, estilísticos e semânticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 No trecho “resistiu até ao esgotamento completo” (linha 2), se a preposição “a” for omitida, reescrevendo-se **até o esgotamento**, não haveria alteração no sentido da frase.
- 2 O termo “Expugnado” (linha 2) tem o mesmo sentido de **expulso**, indicando que os guerreiros de Canudos foram expulsos gradualmente do território que ocupavam.
- 3 O termo “Forremo-nos” (linha 7) poderia ser substituído por **dediquemo-nos**, sem prejuízo de seu conteúdo semântico, visto que o autor passará a descrever os últimos momentos de Canudos.
- 4 No trecho “como quem vinga uma montanha altíssima” (linhas 10 e 11), o verbo vingar tem sentido distinto do verbo punir, como se a montanha representasse, metaforicamente, Canudos.

Área Livre

Política Internacional
Itens de 11 a 22
QUESTÃO 11

Falar da Teoria das Relações Internacionais (TRI) parte das seguintes escolhas: a primeira, que as relações internacionais são uma área de estudo científico autônoma; a segunda refere-se às teorias que são abordadas e como são definidas; por fim, a terceira reside na demanda de contextualizar essas reflexões [...] A teoria (ou teorias) são reflexos de sua época, não sendo a época que deve se ajustar à teoria.

PECEQUILO, C. S. *Teoria das Relações Internacionais: o mapa do caminho – estudo e prática*. Rio de Janeiro: Atla Books, 2016, p. xiv, com adaptações

Considerando o excerto inicial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O Primeiro Debate contribuiu para a autonomia científica das Relações Internacionais e resultou na consolidação do liberalismo como a principal teoria dessa área do conhecimento até a Segunda Guerra Mundial.
- 2 O Comitê Britânico de Teoria de Política Internacional surgiu no contexto do Segundo Debate, e uma de suas contribuições teóricas foi a utilização do pensamento político dos 3R's para explicar as relações internacionais.
- 3 A lógica da anarquia é uma das principais divergências entre teóricos neorrealistas e construtivistas. Para os primeiros, a anarquia é um fato objetivo da realidade, que dá origem a um sistema de autoajuda. Para os segundos, a anarquia é um fato intersubjetivo da realidade, que resulta em uma cultura kantiana.
- 4 A interdependência complexa é um conceito-chave da teoria neoliberal das Relações Internacionais. Esse conceito é definido como uma situação de dependência mútua entre dois ou mais atores, a qual reduz as assimetrias entre eles, diminui as possibilidades de conflito e eleva as possibilidades de cooperação.

Área Livre

QUESTÃO 12

O Tratado da Antártica completou mais de 60 anos em 2019, com uma história de avanços e de impasses que resultou tanto no incremento da cooperação internacional quanto em reivindicações territoriais por parte de alguns países. Ao longo dessa história, o Brasil demonstrou interesse na região por meio da implementação de iniciativas e ações específicas, como, por exemplo, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Acerca desse assunto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O Tratado da Antártica decorreu da Conferência de Washington, realizada em 1959, e o documento retomou princípios que haviam sido enunciados pela Declaração de Escudero, a exemplo da liberdade científica e do uso da região apenas para fins pacíficos.
- 2 O Brasil é um dos 12 membros signatários originais que ratificaram o Tratado da Antártica em 1961, data em que o documento entrou em vigor, ainda que o governo brasileiro tenha estabelecido sua primeira estação na região, a Estação Antártica Comandante Ferraz, apenas nos anos de 1980.
- 3 Embora o Tratado da Antártica aplique-se à área ao sul de 60 graus da latitude sul e tenha previsto a desmilitarização da região, ele não proscreveu que países com pretensões territoriais, como o Reino Unido e a Austrália, exercessem a soberania relativa sobre os respectivos territórios antárticos.
- 4 O Protocolo de Madrid, assinado em 1991, proibiu a exploração de recursos minerais em território antártico até o ano de 2048, quando o Tratado da Antártica poderá ser revisto pelas Partes Consultivas e quaisquer modificações e emendas deverão contar com a aprovação dos 12 membros signatários originais.

QUESTÃO 13

A diplomacia brasileira confere tratamento multilateral para lidar com as chamadas novas ameaças, como o crime organizado e o terrorismo, entre outras. Com relação a esse assunto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O Brasil aderiu ao Grupo 3+1, criado pelos Estados Unidos da América após os ataques terroristas em Buenos Aires no ano de 1992. O propósito desse grupo foi combater os crimes transnacionais e suas conexões com o terrorismo, e vice-versa, na região da Tríplice Fronteira, por meio da cooperação regional e do compartilhamento de informações de inteligência e de segurança.
- 2 O Acordo de Cooperação Policial Aplicável aos Espaços Fronteiriços entre os Estados Partes do MERCOSUL permite que as forças policiais de qualquer país mercosulino prendam, nos espaços fronteiriços, os narcotraficantes listados em um banco de dados comum do bloco. Essa prisão pode ser efetuada, inclusive, fora do território nacional.
- 3 No âmbito dos BRICS, como consta na Declaração de Brasília da cúpula de 2019, o Brasil compromete-se a combater o uso ilícito das tecnologias da informação e da comunicação, bem como a estabelecer marcos legais para a cooperação entre os países do grupo e garantir a segurança da informação e da comunicação.
- 4 Apesar da diversificação da agenda do MERCOSUL, com a inclusão de temas como a cooperação financeira, o tráfico ilegal de imigrantes, a segurança regional, entre outros, não há nenhum tratado, acordo ou protocolo específico do bloco quanto à corrupção.

QUESTÃO 14

O sistema interamericano e a Organização dos Estados Americanos (OEA) tiveram que se readaptar à nova conjuntura internacional do pós-Guerra Fria, principalmente no sentido de incorporar novos temas que passaram a emergir no mundo, o que acarretou implicações para o Brasil. Com base nessas informações, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Em 1991, os Estados-membros da OEA aprovaram unanimemente o Compromisso de Santiago com a Democracia e a Renovação do Sistema Interamericano, por meio do qual estabeleceram a cláusula democrática que foi reforçada pela Carta Democrática Interamericana em 2001.
- 2 O Brasil ratificou a Convenção Interamericana contra a Corrupção em 2002. De acordo com essa convenção, os atos de corrupção envolvem, direta ou indiretamente, funcionários públicos ou pessoas que exerçam funções públicas.
- 3 Após o 11 de setembro de 2001, o governo brasileiro invocou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e propôs a resolução *Ameaça Terrorista nas Américas* ao órgão de consulta do TIAR, declarando que os atentados terroristas nos Estados Unidos da América representavam um ataque contra os países americanos.
- 4 No Comunicado Conjunto da III Conferência Ministerial Hemisférica de Luta contra o Terrorismo, realizada na Colômbia em janeiro de 2020, os países participantes afirmaram que o Hezbollah e suas organizações afiliadas são uma ameaça à segurança coletiva nas Américas.

Área Livre

QUESTÃO 15

As missões de paz representam uma das principais linhas de atuação diplomática do Brasil no campo da paz e da segurança internacional. Acerca da participação brasileira nessas missões, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Mesmo com o término da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH) em 2017, o Brasil continua contribuindo com as missões de paz que estão em andamento, principalmente no Oriente Médio e na África Subsaariana.
- 2 Depois da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) e a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) são as duas missões de paz que atualmente contam com maior participação de funcionários brasileiros.
- 3 O Brasil participa da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA), ainda que a Resolução nº 2.149/2014 do Conselho de Segurança das Nações Unidas tenha estabelecido que a atuação deveria ocorrer sob a égide do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas.
- 4 Não obstante o mandato da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA) autorize a França a usar a força contra organizações terroristas, como a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico, o Brasil atualmente participa dessa missão, e o governo brasileiro chegou a cogitar o envio do contingente militar que estava no Haiti para o Mali.

QUESTÃO 16

A partir dos anos de 1960, a África adquiriu maior relevância no âmbito da política externa brasileira, e o Brasil ampliou e diversificou as relações diplomáticas e comerciais com países africanos. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Não obstante a África do Sul participe de importantes arranjos diplomáticos com o Brasil, como o IBAS e o BRICS, em 2019, o principal país destino das exportações brasileiras no continente africano foi o Egito, e o principal país de origem das importações brasileiras da África foi a Argélia.
- 2 Nos anos de 1970, Guiné-Bissau foi a primeira ex-colônia lusitana que teve a independência reconhecida pelo Brasil, o que marcou uma mudança de orientação da diplomacia brasileira em relação ao colonialismo português. O governo brasileiro, inclusive, chegou a reconhecer a independência do país antes mesmo de Portugal.
- 3 O governo brasileiro propôs a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) em contraposição à proposta da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), com o propósito de promover a cooperação regional e a paz e segurança entre países sul-americanos e africanos que compartilhavam o espaço do Atlântico Sul. Apesar de ter sido derrotada, a OTAS contou com o apoio de países que passaram a fazer parte da ZOPACAS.
- 4 Em 2013, Brasil e Nigéria estabeleceram o Mecanismo de Diálogo Estratégico durante a visita do chanceler brasileiro a Abuja. Dessa forma, a Nigéria tornou-se o único país da África Ocidental que detém um mecanismo dessa natureza com o governo brasileiro.

QUESTÃO 17

Comemoraram-se, em 2020, os 75 anos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da adoção de sua Carta, assinada pelo Brasil em 26 de junho de 1945, em São Francisco, por ocasião da Conferência a respeito da Organização Internacional das Nações Unidas. Acerca da ONU, de sua Carta e da participação do Brasil na referida organização, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O Brasil participou das negociações que levaram à criação da ONU e à adoção de sua Carta. Membros da delegação brasileira defenderam, com êxito, a inclusão, na Carta, dos princípios da não intervenção e da igualdade de direitos dos homens e das mulheres.
- 2 A Corte Internacional de Justiça (CIJ), cujo estatuto é parte integrante da Carta da ONU, é o principal órgão judiciário da ONU e delibera a respeito de conflitos jurídicos entre Estados, além de preparar pareceres consultivos. Atualmente, a Corte conta um juiz brasileiro entre seus 15 membros.
- 3 O Brasil foi o primeiro país latino-americano a ocupar assento não permanente bienal no Conselho de Segurança (1946-1947). Hoje, integra o G-4 (juntamente com a Alemanha, a Índia e o Japão), que defende a expansão do Conselho de Segurança na categoria de membros permanentes, mantendo inalterado o número de membros não permanentes do órgão.
- 4 A Assembleia Geral jamais logrou aprovar emendas aos artigos do capítulo V da Carta, referente ao Conselho de Segurança, o que confere legitimidade ao pleito do G4 pela reforma do principal órgão das Nações Unidas, responsável pela manutenção da paz e da segurança internacional.

Área Livre

QUESTÃO 18

O Brasil e outros atores regionais têm atuado conjuntamente em resposta às crises econômica, social, política, humanitária e de direitos humanos na Venezuela. No que se refere a essa temática, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A suspensão da Venezuela do MERCOSUL, em agosto de 2017, foi uma das primeiras medidas tomadas no âmbito regional, com base no Protocolo de Ushuaia, o qual estabelece como condição essencial para o desenvolvimento do processo de integração do MERCOSUL a plena vigência das instituições democráticas.
- 2 Desde 2018, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas discute a situação dos direitos humanos na Venezuela. O Brasil, no entanto, não liderou a negociação de resoluções aprovadas relacionadas ao tema por defender, por princípio, que aquele órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) não deveria tratar da situação dos direitos humanos em países específicos.
- 3 No âmbito regional, uma das mais importantes iniciativas de concertação diplomática para tratar da situação na Venezuela é a do Grupo de Lima, criado em 2017. O grupo apoia a restauração da democracia naquele país por meio de processo político pacífico e inclusivo.
- 4 A tentativa de acionamento do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) para a situação da Venezuela foi infrutífera. A Reunião do Órgão de Consultas, previsto no tratado, realizada em Nova York em 2019, não logrou estabelecer a maioria necessária para aprovação de resolução com ações concretas referentes ao tema.

QUESTÃO 19

Em 2020, a Organização Mundial de Comércio (OMC) completou 25 anos de existência. Criada pelo Acordo de Marraqueche, a partir da bem-sucedida conclusão da Rodada Uruguai do antigo GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), a OMC atua no monitoramento das práticas comerciais de seus Estados-membros, como foro permanente de negociações comerciais e como instância para a solução de controvérsias. Mais de duas décadas desde a sua criação, a OMC enfrenta críticas por não ter sido capaz de propiciar desfecho favorável para negociações comerciais de grande envergadura, como a Rodada Doha, lançada em 2001. Ademais, seu Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) passa por crise e tem apresentado seu funcionamento prejudicado pela falta de consenso para a aprovação de novos juízes para o seu órgão de apelação.

De acordo com a OMC e com a atuação do Brasil na organização, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O Brasil tem-se mostrado reticente a negociações que visem à reforma e à atualização das regras da OMC, com a introdução de novos temas, não cobertos pelo mandato negociador da Rodada Doha. Ademais, opõe-se ao lançamento de iniciativas plurilaterais no âmbito da OMC, por considerar que tais acordos enfraquecem o caráter multilateral da organização. Nos últimos anos, tem-se notabilizado, ainda, como defensor da retomada integral do mandato negociador da Rodada Doha, que colocava a agricultura no centro das negociações.

- 2 Regras mais rígidas para limitar subsídios agrícolas na modalidade de apoio interno e a proibição dos subsídios à exportação de produtos agrícolas faziam parte dos objetivos centrais do Brasil desde o início das negociações da Rodada Doha. Apesar da não conclusão da rodada em sua integralidade, alguns temas da negociação avançaram, sendo objeto de acordos específicos. Entre esses temas, figura a proibição de subsídios à exportação de produtos agrícolas, alcançado na X Conferência Ministerial da OMC, em Nairóbi, em 2015.
- 3 Em razão de o comércio exterior ter impacto relativamente pequeno para a economia brasileira, disputas comerciais no âmbito do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC não constituem prioridade para a atuação do Brasil na organização. Sendo assim, o OSC em pouco contribuiu para a resolução de disputas comerciais de impacto financeiro relevante para o setor privado brasileiro.
- 4 O Brasil foi um dos principais patrocinadores da Declaração sobre o Acordo TRIPS e a Saúde Pública, adotada em 2001, que estabeleceu regras mais flexíveis para que países em desenvolvimento pudessem ter maior acesso a medicamentos.

Área Livre

QUESTÃO 20

Depois da entrada dos Estados Unidos da América (EUA) na Segunda Guerra (dezembro de 1941) e da aliança firmada na Declaração das Nações Unidas, a guerra foi paulatinamente pendendo em favor dos aliados e, entre eles, ficou mais clara a percepção da necessidade de se criar uma organização que preconizasse uma “*trusteeship of the powerful*”, ideia de Roosevelt pela qual caberia às potências vitoriosas a responsabilidade primária pela imposição da paz após a guerra, pela força se preciso. Na concepção de Roosevelt, as grandes potências seriam os “quatro policiais” ou xerifes capazes de garantir a segurança em escala mundial, dado que somente eles eram capazes de ter armas para além de rifles. Inicialmente, Roosevelt pensou em três policiais (EUA, Grã-Bretanha e URSS), mas a eles acrescentou a China, em face de um desejo norte-americano “de reforçar a posição de seu aliado na luta contra o Japão no Pacífico”. Há que se recordar que a República da China foi membro fundador das Nações Unidas antes do final da guerra civil que dividiu o país em dois.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Brasília: Funag, 2013, p. 30, com adaptações.

A respeito da composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas em suas origens, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Para o presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, seria necessário formar um conselho com as principais potências mundiais e atribuir a tal conselho o sustento da segurança internacional. Na composição, quatro países fariam o papel de xerifes mundiais, responsáveis por manter a segurança regional: os EUA nas Américas; a Grã-Bretanha na Europa; a URSS na Europa do Leste e nas regiões da Eurásia; a China na Ásia (podendo contar com a ajuda da URSS também no meio oriente) e no Oeste do Pacífico, servindo como contrapeso ao Japão. A África, ainda colonial, não representaria, naquele momento, um grande desafio para a segurança internacional, na medida em que era dominada por potências europeias. Quanto ao Oriente Médio, Roosevelt chegou a conceber um assento permanente muçulmano, mas não aprofundou tal ideia.
- 2 O primeiro ministro britânico Winston Churchill, a seu turno, era a favor de criar três conselhos: um para a Europa, um para a Ásia e outro para as Américas, a operarem sob a autoridade de um conselho supremo mundial, integrado pelos que fossem indiscutivelmente potências do ponto de vista militar. Na percepção do líder britânico, a Grã-Bretanha detinha, naquele momento, meios suficientes para arcar com o dever de policiar o mundo, mas poderia ceder, de alguma maneira, aos interesses norte-americanos e franceses na busca de iniciativas de cooperação que fomentassem a paz. Essa proposta de Churchill foi vitoriosa até o momento em que a República Popular da China tomou assento no Conselho de Segurança, em 1971.

- 3 O Brasil se destacava como possível forte aliado latino-americano dos EUA: havia lutado na guerra com contingente expressivo pró-aliados; tem dimensões continentais; já tinha liderança no contexto do subcontinente. Pode-se dizer que a inclusão do Brasil como o sexto membro permanente seria coerente com os designios de Roosevelt para o pós-guerra, articulando as diferentes regiões em torno de potências com peso específico em suas áreas geográficas. O Brasil era, no imediato pós-Segunda Guerra, o país latino-americano que se encontrava em situação mais propícia a funcionar como Estado-policia para a região, se uma escolha como essa viesse a ser feita. Além de poder contribuir com os EUA militarmente em termos de segurança e defesa hemisféricas, poderia configurar-se um aliado confiável dos EUA no Conselho de Segurança.
- 4 Roosevelt era simpático ao Brasil: visitou o País duas vezes (em 1936 e em 1943), tendo-se encontrado com Getúlio Vargas em ambas as ocasiões. Consta que o presidente norte-americano considerava o presidente brasileiro um parceiro confiável e o país amigo dos EUA, comprometido ademais com a segurança e a defesa do continente americano. Havia questões estratégicas prementes e, em face da guerra, o Brasil seria útil à alta política do Ocidente, em especial, quando se leva em consideração que Vargas, apesar de ser um ditador, foi aconselhado em sua política externa pelo americanófilo Osvaldo Aranha. Havia, para além das pretensas preferências pessoais de Roosevelt, uma percepção, por parte dos EUA, de que o equilíbrio de forças na América do Sul era instável.

QUESTÃO 21

O MERCOSUL é uma prioridade da política externa brasileira. Desde a sua criação, o bloco contribuiu tanto para a integração entre os países sul-americanos quanto para o estreitamento das relações políticas e econômicas com países e blocos extrarregionais. Com base nessas informações, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Em resposta aos protestos que aconteceram no Equador em outubro de 2019, os países do MERCOSUL emitiram uma nota conjunta para repudiar as situações de violência ocorridas em território equatoriano e para propor, em caráter provisório, a suspensão do país como membro associado do bloco.
- 2 Em 2019, o MERCOSUL e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) firmaram um acordo de livre comércio por meio do qual a segunda parte se comprometeu a eliminar todas as tarifas de importação dos setores industrial e pesqueiro.
- 3 Mais de um quinto das exportações brasileiras foi destinado ao MERCOSUL e à União Europeia em 2019. Se somados, os dois blocos representaram o segundo maior destino das exportações brasileiras no ano passado, atrás somente da China.
- 4 Os países do MERCOSUL e da Aliança do Pacífico assinaram o Acordo Quadro sobre Facilitação do Comércio no lançamento do Plano de Ação de Puerto Vallarta em 2018. No âmbito desse acordo, as partes comprometeram-se a reduzir em 15% as tarifas de importação do setor agrícola no prazo de cinco anos.

QUESTÃO 22

A respeito da política externa brasileira nas décadas de 1950 e de 1960, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O governo brasileiro restabeleceu relações diplomáticas com o Japão em 1952, e o país asiático tornou-se o terceiro maior destino das exportações do Brasil no final da década de 1970.
- 2 O presidente Juscelino Kubitschek lançou a Operação Pan-Americana (OPA) durante a visita do presidente norte-americano Dwight D. Eisenhower ao Brasil, em 1960. A OPA foi uma iniciativa do governo brasileiro para atrair, sobretudo, capitais privados dos Estados Unidos da América em prol do desenvolvimento econômico de países latino-americanos.
- 3 Após reatar as relações diplomáticas com a União Soviética, o governo brasileiro buscou a ampliação e a diversificação de parcerias comerciais com países do Leste Europeu, por meio da criação da Coleste, em 1962. Ainda nesse ano, o Brasil inaugurou as legações diplomáticas em Budapeste e Bucareste.
- 4 Brasil e Paraguai assinaram a Ata das Cataratas em 1966, com o propósito de atenuar as rivalidades territoriais no Salto das Sete Quedas e de aproveitar conjuntamente os recursos hidrelétricos do rio Paraná. Nessa ata, os dois países concordaram em realizar a partilha igualitária da energia elétrica que eventualmente seria produzida nos desníveis do rio Paraná até a foz do rio Iguçu.

Geografia
Itens de 23 a 28

QUESTÃO 23

Com relação aos domínios morfoclimáticos brasileiros, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O domínio das terras baixas florestadas da Amazônia compreende as planícies inundáveis, com matas de terra firme, várzeas e igapós. Situa-se aí a maior extensão de florestas tropicais-úmidas contínuas do planeta, contendo milhões de espécies de organismos e uma grande diversidade biológica, quando comparada a outros domínios vegetacionais. Estima-se que, em média, em um hectare de floresta de terra firme preservada, convivam cerca de 200 a 300 espécies de árvores.
- 2 O domínio da caatinga é um dos três espaços semiáridos da América do Sul, verdadeira exceção no contexto climático e hidrológico brasileiro, tendo em vista o predomínio de climas úmidos e subúmidos intertropicais, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. O vazio de precipitações naquele domínio pode durar de seis a sete meses. O período de chuvas, por sua vez, ocorre concentrado em alguns meses do ano, com características de regularidade, o que garante a perenidade dos poucos rios que atravessam aquele domínio.
- 3 Os chapadões cobertos por cerrados brasileiros pertencem ao bioma savânico. Os cerrados arbóreos têm fisionomia marcada por árvores geralmente tortuosas e espaçadas, com troncos de cortiça espessa e aspecto xeromórfico das árvores e dos arbustos, em razão da escassez de água, característica daquele domínio morfoclimático durante a estação mais seca. Os cerrados brasileiros, em contraste com as savanas africanas, são, portanto, secos em virtude da baixa umidade média observada em boa parte do ano.

- 4 O domínio dos planaltos de araucária compreende as terras de altitude média da porção meridional do Brasil, cobertas originariamente por formações florestais de diferentes densidades e extensões, com destaque para a presença de coníferas. O domínio é caracterizado por solos férteis, climas com temperaturas moderadas a baixas no inverno e precipitações relativamente bem distribuídas ao longo do ano.

QUESTÃO 24

No que se refere à distribuição espacial das atividades econômicas em nível mundial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Diferentemente da produção de bens de consumo de massa (como eletroeletrônicos), a produção de bens derivados de tecnologias consideradas estratégicas pelos Estados Nacionais (setores de defesa e aeroespacial, por exemplo) é, ainda hoje, objeto de proteção e incentivos governamentais, sendo, portanto, concentrada geograficamente em alguns países.
- 2 Alguns minerais como o lítio, o cobalto, o grafite e o vanádio, necessários para a produção de *smartphones*, semicondutores, painéis solares, turbinas eólicas, carros elétricos e satélites, têm sua extração concentrada em um pequeno número de áreas produtoras. No entanto, a restrita localização geográfica das jazidas minerais não impede que a extração e a comercialização daqueles minérios sejam crescentemente realizadas por empresas nas quais predominam capitais de terceiros países.
- 3 A tendência observada de *outsourcing*, *offshoring*, associações, *clusters*, redes e terceirização em escala mundial nas cadeias de fornecimento mostrou-se imune a eventuais aumentos de custos econômicos e políticos decorrentes da expansão geográfica da produção industrial. Nesse sentido, não se observam, nos últimos anos, estímulos para o chamado *reshoring* em cadeias produtivas internacionalizadas.
- 4 Nas últimas décadas, a queda nos custos de transporte e comunicação diminuiu a proteção historicamente conferida a significativo número de setores produtivos que se beneficiavam da proximidade dos mercados locais, eliminando, dessa forma, produtores pouco competitivos. Algumas atividades econômicas, como a indústria do vinho e o turismo, no entanto, souberam extrair rendas adicionais derivadas das características únicas (naturais, arquitetônicas, históricas) do território.

Area Livre

QUESTÃO 25

Em razão do volume de conhecimentos científicos e de procedimentos para alcançá-los, a necessidade de uma divisão do trabalho científico se impôs. As disciplinas específicas procuraram aperfeiçoar os princípios da ciência moderna e adaptá-los aos objetos de estudos particulares.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 80, com adaptações.

Com base no exposto, considerando as afirmações acerca dos principais conceitos utilizados pela Geografia ao longo da formação e consolidação de sua identidade como disciplina científica, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 As diversas versões da chamada Geografia tradicional privilegiaram os conceitos de paisagem e região, estabelecendo, em torno desses conceitos, a discussão a respeito do objeto da Geografia e de sua identidade no âmbito das disciplinas científicas. Paisagem, região natural, região-paisagem, região geográfica, paisagem cultural e gênero de vida, por exemplo, foram conceitos amplamente utilizados pelos geógrafos vinculados ao positivismo e ao historicismo do século 19 e da primeira metade do século 20.
- 2 A noção de região pode ser empregada na linguagem cotidiana como referência associada à localização e à extensão de determinado fato ou fenômeno e, da mesma forma, é comumente utilizada como unidade administrativa, sendo a base para a divisão regional adotada pela administração estatal. A noção de região geográfica, cientificamente mais rigorosa, nasce da ideia de que o ambiente natural tem certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade, condicionando a evolução dos diversos grupos humanos.
- 3 A chamada revolução teórico-quantitativa da Geografia, iniciada na década de 1950, orientou-se pelo positivismo lógico, tendo como pressuposto a presença de uma ordem estrutural matemática implícita por trás do padrão empírico de organização espacial dos fenômenos. A tarefa da Geografia enquanto ciência seria a de descobrir e revelar esses padrões matemáticos no espaço, o qual passa a ser o conceito-chave da disciplina geográfica sob o paradigma teórico-quantitativo. A ideia de que há uma ordem subjacente ao espaço possibilitaria, ainda, estimar projeções e fazer prognósticos, aproximando a Geografia do planejamento.
- 4 A Geografia da percepção e do comportamento, assim como a chamada Geografia humanista, procurou elaborar um enfoque globalizador e subjetivo da realidade, inserindo a intuição como elemento constitutivo do processo de conhecimento. Sua preocupação com o espaço vivido coloca, no centro da análise geográfica, o lugar. Não se trataria, no entanto, de um lugar em si, objetivo apenas, mas algo que transcende sua materialidade por ser repleto de significados. O lugar não seria apenas natural, mas também cultural.

Área Livre

QUESTÃO 26

A trajetória da agropecuária nacional, embora tenha seu desenvolvimento ligado a condições naturais favoráveis, é igualmente indissociável dos condicionantes históricos, políticos, sociais e geográficos que traçaram o processo de construção do espaço rural brasileiro.

GUIMARÃES, Luiz Sérgio Pires. *Evolução do espaço rural brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016, com adaptações.

Com base no fragmento do texto apresentado como referência inicial, acerca da estrutura fundiária, do uso da terra e das relações de produção no campo brasileiro, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O espaço rural brasileiro começou efetivamente a se estruturar no século 16, com a inserção da cana-de-açúcar na Região Nordeste. Por se destinar ao mercado interno, essa lavoura era desenvolvida da seguinte maneira: em larga escala; nos grandes latifúndios; com o uso extensivo do solo; com técnicas rudimentares; e com a utilização de mão de obra escrava.
- 2 Além da lavoura de cana-de-açúcar, cultivos que passaram a ser exportados no século 18, como algodão, cacau e tabaco, tiveram grande importância na estruturação do espaço rural brasileiro.
- 3 A produção agropecuária no Brasil da década de 1940 estava estruturada sobre uma malha fundiária extremamente desigual. Ao lado de grandes estabelecimentos dedicados à pecuária e a lavouras de alto valor comercial, coexistiam pequenos estabelecimentos que praticavam uma agricultura destinada à subsistência.
- 4 No território brasileiro, a estrutura fundiária e a configuração do processo produtivo agropecuário consolidaram-se sob a gestão de diversas políticas públicas. Essas políticas tinham em comum a persistência de uma estrutura fundiária concentrada com predomínio da produção monocultora.

Área Livre

QUESTÃO 27

A respeito da estruturação e do funcionamento do agronegócio no Brasil e no mundo, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A agricultura científica globalizada, emergente na década de 1990, tem-se expressado como a nova forma de organização do agronegócio brasileiro. É caracterizada principalmente pela incorporação de novas tecnologias da informação ao campo e pela maior intervenção estatal. Trata-se da transição de um período de fraca intervenção estatal na agricultura, predominante desde a década de 1960, para uma maior regulação das empresas mundiais para o comércio agrícola (*tradings*).
- 2 Desde a década de 1940, a agricultura brasileira tem passado por um profundo reajustamento produtivo voltado a sua modernização. Esse processo tem sido permeado pelo crescente aumento das trocas intersetoriais e por um rearranjo técnico-econômico territorial resultante da contínua melhoria e ampliação dos sistemas logísticos de infraestrutura, de transporte e de armazenagem.
- 3 O agronegócio engloba sistemas produtivos que vão desde a produção agropecuária até o seu beneficiamento, transformação e distribuição no mercado nacional e internacional e, em 2019, representou 21,4% do produto interno bruto (PIB) brasileiro. No Brasil e no mundo, esses sistemas produtivos prescindem de tecnologias voltadas ao aumento da produtividade da terra, do trabalho e do capital; exigem conhecimentos, tecnologias, investimentos e escala mínima de produção.
- 4 O Brasil dispõe da maior reserva de água doce do mundo, 12% do total, concentrada na região amazônica. É o único país continental do mundo cujo eixo principal está no sentido norte-sul. O País domina a mais avançada tecnologia de processo em agricultura tropical, resultante dos investimentos efetuados por instituições públicas e privadas de pesquisa.

QUESTÃO 28

As cidades médias desempenham o papel de núcleo estratégico da rede urbana do Brasil, constituindo elos dos espaços urbano e regional, desempenhando, nos anos de 1970 e de 1980, função estratégica na política nacional de desenvolvimento urbano do País. A importância das cidades médias reside no fato de que elas possuem uma dinâmica econômica e demográfica própria, permitindo atender às expectativas de empreendedores e cidadãos, manifestados na qualidade de equipamentos urbanos e na prestação de serviços públicos, evitando as deseconomias das grandes cidades e metrópoles.

MOTTA, Diana Meirelles; MATA, Daniel. Crescimento das cidades médias. In: IPEA, *Boletim Regional e Urbano*, Brasília, dez. 2008, com adaptações.

Considerando a discussão acerca do papel das cidades médias na modernização do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A categoria de cidades médias no Brasil é oficialmente definida pelos critérios de localização, papel regional, densidade e porte demográfico.
- 2 Processos complexos e diversos, como a expansão do agronegócio, a desconcentração industrial e a expansão do setor de serviços, são responsáveis pela expansão das cidades médias pelo interior brasileiro.

- 3 O complexo agroindustrial de beneficiamento/industrialização da produção agropecuária instala-se em cidades médias do interior brasileiro. Centros urbanos como Uberlândia (MG), Rio Verde (GO) e Maringá (PR) são exemplos de cidades médias inseridas em regiões produtivas do agronegócio.
- 4 As cidades médias são centralidades nos próprios contextos regionais, constituindo uma articulação da sua região de influência à economia mundial.

Direito
Itens de 29 a 34

QUESTÃO 29

Com relação à responsabilidade civil do Estado, à improbidade administrativa, ao processo administrativo disciplinar e ao Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro (Lei nº 11.440/2006), julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), conforme interpretação conferida ao art. 37, § 6º, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), a ação por danos causados por agente público deve ser proposta contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- 2 Consoante o atual entendimento do STF, são prescritíveis as ações de ressarcimento ao erário, fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).
- 3 Segundo o regime disciplinar estabelecido pela Lei nº 8.112/1990, o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.
- 4 Pela leitura das disposições da Lei nº 11.440/2006, ao servidor do Serviço Exterior Brasileiro é permitido divulgar a cônjuge ou companheiro informação relevante para a política exterior do Brasil, a que tenha acesso em razão de desempenho de cargo no Serviço Exterior Brasileiro, ainda que sem anuência da autoridade competente.

Area Livre

QUESTÃO 30

No que concerne aos aspectos relacionados ao conceito de Constituição, ao controle de constitucionalidade, aos direitos fundamentais e às normas orçamentárias e de finanças públicas, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é formalmente constitucional resolução do Senado que autorize os estados, o Distrito Federal e os municípios a transferirem a cobrança das respectivas dívidas ativas a instituições financeiras.
- 2 Segundo o entendimento do STF, exige-se quórum de maioria absoluta dos membros do STF para modular os efeitos de decisão proferida em julgamento de recurso extraordinário no caso em que tenha ocorrido declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
- 3 Conforme o entendimento do STF, o sigilo de informações necessário à preservação do direito fundamental à intimidade é relativizado quando há interesse da sociedade em conhecer o destino dos recursos públicos.
- 4 A Constituição pode ser compreendida como um corpo de normas jurídicas (regras e princípios), qualificado pelo seu conteúdo e por sua função, as quais, estando ou não corporificadas em um documento (ou conjunto de documentos), assumem uma posição diferenciada e privilegiada em relação às demais normas jurídicas.

QUESTÃO 31

Considerando aspectos da nacionalidade, da situação jurídica do estrangeiro, da apatridia e do asilo, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O fato de o direito a ter uma nacionalidade estar consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 logrou praticamente a extinção do fenômeno da apatridia no século 21.
- 2 Nosso sistema jurídico-constitucional admite a aquisição de nacionalidade brasileira como efeito direto e imediato resultante do casamento civil.
- 3 A concessão de asilo político é um dos princípios consagrados na Constituição Federal de 1988, constitui ato discricionário do Estado e é outorgado como instrumento de proteção à pessoa, mas não será concedido a quem tenha cometido crime contra a humanidade.
- 4 A Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) assegura, como um de seus princípios e de suas diretrizes, o acesso igualitário e livre dos migrantes a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social.

Área Livre

QUESTÃO 32

Acerca do Tribunal Penal Internacional e de sua importante relação com as Nações Unidas, em particular com o Conselho de Segurança, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A atuação do Tribunal Penal Internacional baseia-se, como regra geral, na observância do princípio da complementaridade, que assegura a primazia das jurisdições penais nacionais no exercício da jurisdição.
- 2 A Conferência de Revisão do Estatuto de Roma, realizada em Campala em 2010, logrou definir o crime de agressão e estabelecer as condições para o exercício de jurisdição pelo Tribunal Penal Internacional. As emendas ao Estatuto dela resultantes foram assinadas e ratificadas pelo Brasil.
- 3 Pode o Conselho de Segurança, agindo nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, denunciar ao (à) procurador(a) do Tribunal Penal Internacional qualquer situação em que haja indícios de ter ocorrido a prática de crimes previstos no Estatuto de Roma.
- 4 O poder de o Conselho de Segurança solicitar adiamento do inquérito e do procedimento criminal no Tribunal Penal Internacional, por meio de resolução aprovada nos termos do disposto no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, está consignado no Estatuto de Roma e foi exercido na investigação da situação na Líbia.

QUESTÃO 33

Em relação ao Direito dos Tratados e ao ordenamento jurídico brasileiro, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, somente foi promulgada sem reservas, no Brasil, em 14 de dezembro de 2009 pelo Decreto nº 7.030.
- 2 A regra que veda ao Estado invocar o fato de que seu consentimento em obrigar-se por um tratado foi expresso em violação de uma disposição de seu direito interno sobre competência para concluir tratados não admite exceção.
- 3 A formulação de reservas é, via de regra, facultada ao Estado que assina, ratifica, aceita, aprova ou adere a um tratado, mas o próprio tratado pode proibi-las. Exemplifica tal vedação o Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional.
- 4 A Emenda Constitucional nº 45/2004 estabelece que os tratados e as convenções internacionais a respeito de direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria simples dos votos dos respectivos membros serão equivalentes às emendas constitucionais.

Área Livre

QUESTÃO 34

Área Livre

Considerando o atual quadro regulatório-institucional do Direito Internacional do Mar, bem como os direitos e as obrigações dos Estados, previstos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A CNUDM, ou Convenção de Montego Bay, assinada em 10 de dezembro de 1982, inaugura uma das concepções mais ambiciosas do diálogo e da cooperação internacionais sob os auspícios das Nações Unidas, tendo sido complementada, sobretudo, pelo Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da CNUDM, concluído em Nova York, em 29 de julho de 1994, e pelo Acordo para a Implementação das Disposições da CNUDM sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios, adotado em Nova York, em 4 de agosto de 1995.
- 2 Segundo a CNUDM, todo Estado tem o dever de fixar a largura do seu mar territorial em 12 milhas marítimas, medidas a partir de linhas de base determinadas em conformidade com a CNUDM.
- 3 A área e seus recursos, nela compreendidos ainda os recursos genéticos decorrentes da biodiversidade marinha para além dos limites de jurisdição nacional, são considerados patrimônio comum da humanidade em conformidade com o art. 136 da CNUDM.
- 4 Se reconhecida a jurisdição do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM) acerca de controvérsia relativa à interpretação ou aplicação da CNUDM, em virtude do art. 288 da CNUDM, o TIDM deve aplicar a CNUDM e outras normas de direito internacional que não forem incompatíveis com a CNUDM na resolução da controvérsia jurídico-internacional.

Área Livre